

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais:
Desafios da Inserção em Contextos Contemporâneos
23 a 25 de Setembro de 2015
UFES, Vitória - ES**

**MODERNIZAÇÃO, PLURALISMO RELIGIOSO E COMPETIÇÃO ELEITORAL
NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Nelson Luis Motta Goulart (Mestrando, Aluno - PPGSP - UENF)¹

Dr. Vitor de Moraes Peixoto (Professor Associado - PPGSP - UENF)²

1. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

2. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

MODERNIZAÇÃO, PLURALISMO RELIGIOSO E COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Resumo:

Mercados religiosos pluralistas estão relacionados a mercados políticos competitivos. Entretanto, o avanço das religiões de pensamento mágico na virada do século e a formação de uma clivagem religiosa no Brasil são fenômenos estranhos à teoria da modernização. Seja de uma perspectiva atribuída à mobilização cognitiva, ou de uma perspectiva associada à mudança de valores, o fato é que os pressupostos básicos da modernização sugerem a derrocada das clivagens sociológicas na explicação de atitudes e comportamentos políticos. Além de não deixarem espaços teóricos para uma interseção das esferas religiosa e política, a possibilidade de pensar uma clivagem religiosa para a decisão do voto ou estratégias eleitorais no Brasil ficam suprimidas.

A presente análise macrosociológica explorou justamente a interseção entre as esferas com o objetivo de verificar a relação entre os níveis observados de pluralismo religioso e os níveis observados de competição eleitoral nos municípios brasileiros. Em três seções: uma breve revisão teórica sobre modernização e clivagens sociológicas; uma descrição dos indicadores de pluralidade religiosa e de competição eleitoral utilizados; e uma análise quantitativa da relação entre eles, o estudo tomou por unidade de análise os 5.563 municípios e verificou que as preferências religiosas agregadas e as preferências eleitorais agregadas variam conjuntamente.

Palavras-chave: Modernização; Pluralismo Religioso; Competição Eleitoral.

INTRODUÇÃO

O avanço das religiões e dos cultos que retomam o pensamento mágico nesta virada do século da razão (PRANDI, 1991, 1992) é um fenômeno estranho à teoria da modernização (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006). Seja de uma perspectiva atribuída à mobilização cognitiva (DALTON, 1984), ou de uma perspectiva associada à mudança de valores (INGLEHART; BAKER, 2000; INGLEHEART; WELZEL, 2008, 2009), o fato é que os pressupostos básicos do processo de modernização sugerem a derrocada das clivagens sociológicas na explicação de atitudes e comportamentos políticos (ELFF, 2007). Além de não deixarem espaços teóricos para a interseção entre as esferas religiosa e política, a possibilidade de se pensar uma clivagem religiosa que balizaria a decisão do voto, ou as estratégias eleitorais de candidatos e partidos no Brasil, fica suprimida.

Por mais que a economia possa avançar e gerar consequências para a interseção entre as esferas religiosa e política, os competidores e as ideologias do mercado religioso não cedem passivamente seu lugar na estrutura da economia simbólica às ideologias e aos competidores do mercado político. Tanto no Brasil quanto na América Latina não houve um abandono massivo das crenças religiosas e uma adesão aos ideais laicos, por exemplo, fossem eles promovi-

dos pelos partidos, pelo Estado ou pela sociedade (IBGE, 2012). A diminuição da parcela católica no mercado religioso não é sinônimo de uma redução no número geral de religiosos, mas de uma transferência de adeptos para outras crenças religiosas. Houve um acréscimo no percentual daqueles que declaram não comungarem de qualquer culto ou crença religiosa, mas esta não é a única categoria analítica que cresce em termos percentuais. Quase todos os outros grandes grupos religiosos, que compreendem outras formas que não a da religião Católica Apostólica Romana, aumentaram seu número de adeptos.

Esta análise macrossociológica partiu das observações do aumento concorrencial no mercado religioso brasileiro e da retomada do pensamento mágico como recurso dos competidores religiosos para analisar se estes movimentos têm alguma repercussão na configuração da competição política. A ideia de pluralismo religioso utilizada é marcada pelas possibilidades de convivência e de declaração das preferências pelos cultos e religiões. O pressuposto básico é o de que o número de religiões declaradas expressa o grau de pluralismo religioso (BURITY, 2005, 2008; PIERUCCI, 1999). A ideia de competição política utilizada é a de que partidos e candidatos estão na arena eleitoral buscando votos. O pressuposto básico é o de que partidos e candidatos aceitam as regras, a concorrência e os resultados pós-eleitorais (PRZEWORSKI, 1994; PRZEWORSKI *et al.*, 1997).

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa foi analisar sistematicamente a relação entre os níveis observados de pluralismo religioso e os níveis observados de competição eleitoral nos municípios brasileiros.

MÉTODO

Esta análise macrossociológica explorou a relação entre a esfera religiosa e a esfera política. Tomou por unidade de análise os 5.563 municípios brasileiros e verificou se a distribuição das preferências religiosas e a distribuição das preferências eleitorais variavam conjuntamente, município a município. A hipótese testada foi a de que quanto maior o nível de fracionalização das preferências religiosas de uma população municipal, maior seu nível de fracionalização das preferências eleitorais.

Os indicadores das distribuições das preferências religiosas e das distribuições das preferências eleitorais para cada município foram operacionalizados em quatro índices: o Índice de Concentração de *Herfindahl* (**H**) (RESENDE, 1994), o Índice de Fracionalização (**F**) (RAE, 1968); o Índice de Competitividade (**IC**) (SANTOS, 2007); e o Número Efetivo de Partidos (**N**)

(GOLOSOV, 2009; LAAKSO; TAAGEPERA, 1979). O pluralismo religioso foi mensurado com os índices **H**, **F** e **N**. A competição eleitoral foi mensurada em duas frentes: a de candidatos, com o índice **IC**; e a de partidos, com os índices **H**, **F** e **N**. Os dados utilizados nos cálculos são do Censo de 2010 (IBGE) e dos resultados das Eleições Municipais de 2012 (TSE).

Para analisar a relação estatística entre as variáveis computadas para o mercado religioso e para o mercado político foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (ρ).

REVISÃO TEÓRICA

Esta revisão aborda, de uma perspectiva macrossociológica da mudança cultural e de uma perspectiva institucional e minimalista, alguns dos termos mais polêmicos e resilientes das Ciências Sociais: modernização, desenvolvimento e democracia. O objetivo da breve seção, eminentemente teórica, é o de apontar a importância da relação entre o campo religioso e o campo político. Mais detidamente, são elencadas algumas das principais proposições dedicadas à relação entre o pluralismo religioso e a competição eleitoral.

Modernização, Mudança Cultural e Religião

Modernização e desenvolvimento são termos que andam juntos³. “A teoria da modernização foi um paradigma analítico dominante na Sociologia americana de meados do século XX, provendo explicações do processo global pelo qual sociedades tradicionais alçavam à modernidade” (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006, p. 253). Quatro dimensões, descritas abaixo, resultam desta visão da modernidade: a modernização política, a modernização cultural, a modernização econômica e a modernização social:

I. A *modernização política* envolve o desenvolvimento de instituições chave – partidos políticos, parlamentos, e voto secreto – as quais suportam o processo decisório.

II. A *modernização cultural* produz tipicamente a secularização e a adesão a ideologia nacionalista.

III. A *modernização econômica*, distinta da industrialização, está associada às profundas mudanças econômicas – à uma crescente divisão do trabalho, ao uso de técnicas de gerenciamento, tecnologias avançadas e o crescimento das facilidades de mercado.

IV. A *modernização social* envolve o crescimento da escolarização, da urbanização e o declínio das autoridades tradicionais. Estas mudanças todas vistas em termos das crescentes diferenciações sociais e estruturais. (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006, p. 253) (Tradução dos autores).

3. Similaridade apontada no *The Penguin Dictionary of Sociology*.

Uma das revisitações mais recentes à teoria da modernização, é a que foi feita por Inglehart⁴, onde todas as quatro dimensões foram retomadas, porém, de uma lógica distinta. Para o autor, não há uma atribuição direta dos resultados do desenvolvimento destes eixos dimensionais ao desenvolvimento econômico e *vice-versa*.

Para Inglehart, a modernização, ou desenvolvimento, é um processo com percurso um tanto menos direto e certo, seus derivados são mais complexos que as etapas caracterizadas em versões anteriores da teoria. O início é dado pelo mesmo fator, as mudanças econômicas, mas a cadeia de desenrolo do processo, não. Conforme coloca:

Ao diminuir a insegurança econômica pela promoção da mobilização cognitiva e diversificar intercâmbios humanos, o desenvolvimento socioeconômico reduz as restrições objetivas às escolhas. As pessoas se tornam materialmente mais seguras, intelectualmente mais autônomas e socialmente mais independentes. Assim, sentem mais segurança existencial, o que gera um sentimento correspondente de autonomia. (INGLEHEART; WELZEL, 2009, p. 46–47).

Ronald F. Inglehart atribui poder causal, mesmo que probabilístico, ao desenvolvimento econômico. Dele derivariam, segundo o autor, uma série de valores chamados valores de autoexpressão, que por sua vez, estão relacionados aos valores democráticos e às instituições democráticas. Ou seja, a mudança econômica agita os principais valores de uma sociedade, e o agitar destes valores culminam em demandas por uma outra democracia, uma democracia efetiva. A mudança cultural é a chave para a democracia efetiva:

A mudança cultural decisiva é a substituição de valores de sobrevivência por valores de autoexpressão. A mudança para valores seculares racionais não é crucial para a democratização. Desde que as autoridades religiosas não tentem controlar o sistema político, as instituições democráticas parecem funcionar bem nas sociedades tanto religiosas como seculares. (INGLEHEART; WELZEL, 2009, p. 171).

A tese defendida neste percurso explicativo, uma tese de mudança cultural, pode ser resumida à seguinte fala: “*The major effect of modernization is not that it makes democracy more acceptable to elites but that it increases ordinary people’s capabilities and willingness to struggle for democratic institutions.*” (INGLEHEART; WELZEL, 2008, p. 136). O modelo arrola a cadeia de proposições que formam o empreendimento teórico Inglehart e Welzel. O processo recebe o nome de modelo de empoderamento humano. Nele, o aumento das capacidades econômicas engendra o acesso aos chamados recursos de ação. Os recursos de ação tornam os membros de uma dada sociedade mais autônomos. As pessoas se tornam mais independentes,

⁴ Ronald Inglehart é presidente da *World Values Survey Association*, realizadora do **World Values Survey**, uma pesquisa de abrangência global realizada desde 1981, vinculada à Universidade de Michigan.

o que faz germinar a busca e a manutenção de um conjunto de novos valores: os valores de autoexpressão. Por fim, como consequência, os rumos da democracia efetiva derivam diretamente destes dois primeiros momentos. A sequência, que não é defendida por Inglehart, resume-se por: economia, cultura e política.

À proposta de reconsideração sobre a teoria da modernização apresentada cabe uma série de questões: A substituição dos valores de existência é um processo sujeito aos constrangimentos de classe? Basta que alguns, a classe média, possam acessar os valores de autoexpressão que as consequências benéficas serão generalizáveis? A despeito das questões de classe: Em que medida as diversas religiões tenderiam ao não desejo do poder político, direta ou indiretamente? E em que situação, o desejo, e para além dele, o governo de lideranças marcadamente religiosas, seria problema à poliarquia? Afinal, as mais diversas opções religiosas parecem ser geneticamente atreladas às interpretações do estado de coisas do mundo, e estas interpretações quase nunca são apolíticas.⁵ O “desde que as autoridades religiosas não tentem controlar o sistema político”, antes de ser uma simples constatação, parece uma grande cláusula de barreira.

Conflitos Subculturais e Sistemas Políticos

Robert Dahl analisou as condições históricas, socioeconômicas e culturais que favoreceriam o surgimento, a manutenção e o movimento dos governos rumo às condições institucionais básicas da poliarquia, pois:

Quando regimes hegemônicos e oligarquias se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas. (DAHL, 1997, p. 36).

Ou seja, as instituições e as regras dão o terreno para a participação e para a contestação pública, mas não o dão de maneira isolada da sociedade e da sua estrutura de socialização e de diferenciação, seja material ou simbólica.

Neste ponto de interação entre as ordens, da ordem política institucionalizada com a ordem social em suas mais diferentes culturas, Dahl aponta a existência de uma preocupação

5. Basta acompanhar os noticiários para ver o peso que os representantes religiosos imprimem nas decisões políticas. A CNBB, quase sempre está atrelada aos movimentos e disputas políticos. Mais recentemente, juntamente com a OAB, faz saber sua posição diante da reforma política. Por outro lado, podemos relatar o medo causado às minorias a indicação de Marcos Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos, e a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados.

demasiada com a classe socioeconômica por parte dos analistas. Preocupações que obscureceram outras fontes de diferenciação, tão ou mais geradoras de conflito, tão ou mais arraigadas nas sociedades:

A preocupação com conflito de classes e, frequentemente, um pressuposto desarticulado mesmo entre os teóricos sociais sofisticados, de que as classes são, de alguma forma, a base “real” das diferenças numa sociedade industrial à qual todas as outras são irredutíveis em última instância”, tenderam a desviar a atenção de outras diferenças que originaram subculturas duradouras nas quais os indivíduos se socializam: estas são as diferenças de religião, língua, raça ou grupo étnico, e região. (DAHL, 1997, p. 112)

Em se tratando dos conflitos e das clivagens mais marcantes das sociedades, o autor sustenta que nenhum dos atores, vetores responsáveis pelo conflito ou clivagem subcultural, deve ser aliado do governo de tal maneira que ele assuma, futuramente, uma vontade não democrática de obtenção ou de monopolização do poder. Ou seja, “é mais provável que o conflito seja mantido em níveis moderados se nenhuma subcultura étnica, religiosa ou regional for “indefinidamente” privada da oportunidade de participar do governo” (DAHL, 1997, p. 119). E que, para além disso, é necessário manter “um conjunto de entendimentos ou engajamentos que proporcione um grau relativamente alto de segurança às diversas subculturas” (DAHL, 1997, p. 121). Em outras palavras, governos poliárquicos minimamente institucionalizados não devem aumentar os custos de acesso ao governo para as oposições atreladas às clivagens subculturais, ou a seus germes conflituosos. A democracia representativa, as regras eleitorais e do sistema partidário devem gerir a incerteza de entrada no governo, dada a mecânica eleitoral, e não a impossibilidade de acesso de alguns representantes social ou culturalmente posicionados, marcados.

É possível frisar as questões colocadas à teoria da modernização renovada de Inglehart, colocando-as à teoria da poliarquia de Dahl. Mais uma vez, a despeito das questões de classe: Em que medida as diversas religiões tenderiam ao não desejo do poder político, direta ou indiretamente? E em que situação, o desejo, e para além dele, um governo eleito de lideranças marcadamente religiosas, seria problema à poliarquia? Afinal, as mais diversas opções religiosas parecem ser geneticamente atreladas às interpretações do estado de coisas do mundo, e estas interpretações quase nunca são apolíticas. Dahl coloca a interseção entre as esferas como uma das condições socioculturais centrais para o sucesso da poliarquia, da democracia.

MERCADO RELIGIOSO E COMPETIÇÃO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Nesta segunda seção do texto endossamos o ponto de vista dahlsiano das condições culturais necessárias ao bom desempenho das instituições no processo de democratização e ponto de vista de Ronald Inglehart e Christian Welzel sobre a postura dos líderes religiosos diante da representação eleitoral.

Antes de explorar a relação entre campo religioso e campo político são apresentadas as principais operacionalizações e descrições da competição do mercado religioso e da competição do mercado eleitoral.

A Distribuição das Preferências Religiosas

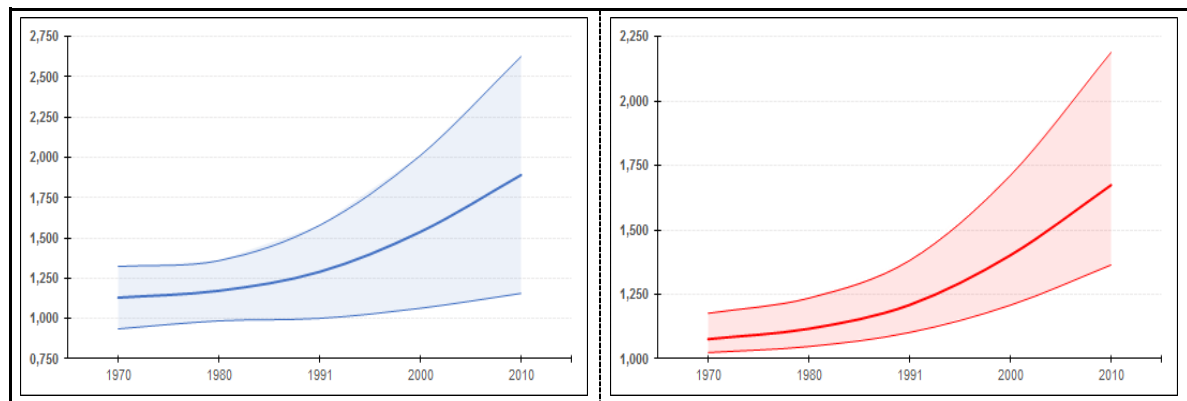
A religião católica vem perdendo espaço no mercado religioso brasileiro paulatinamente (IBGE, 2012). Este processo teve início, principalmente, após a promulgação da constituição de 1891, que desvinculou Estado e Igreja (PIERUCCI, 1999). Conforme remonta Ricardo Mariano (2002):

Apesar de certos percalços, como a longa discriminação estatal sofrida pelos cultos afro-brasileiros, a liberdade religiosa, sancionada e assegurada pelo Estado, não só se efetivou plenamente nas últimas décadas do século XX, tornando-se um dado indisputável da realidade brasileira, fato inegável, mas também se situa na raiz do pluralismo religioso e na constituição de nosso dinâmico mercado religioso contemporâneo. Apesar de derivar da separação republicana, o pluralismo, hoje, cumpre o papel de garantir a permanência da separação jurídica entre os poderes temporal e espiritual e da liberdade religiosa, de contrabalançar o poder da religião hegemônica e de restringir ações estatais que discriminem algum grupo religioso ou que privilegiem algum em detrimento dos demais. (MARIANO, 2002)

Desvinculação que propiciou o avanço das condições legais mínimas para que, além da pluralidade de religiões, viesse a existir o pluralismo religioso.

A constatação de boa parte dos estudiosos da religião é corroborada pelos resultados do cômputo do Número Efetivo de Religiões para os municípios brasileiros de 1970 a 2010, ano do último Censo (Figura 02). Os resultados, representados em duas curvas de tendência, retratam muito bem o panorama de expansão concorrencial dos mercados religiosos dos municípios.

Figura 01. Evolução do Número Efetivo de Religiões nos Municípios do Brasil, 1970 - 2010.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010.
Elaboração dos autores.

No gráfico da esquerda, a linha central é a média e as linhas mais finas, acima e abaixo dela, contam um desvio padrão. No gráfico da direita, a linha central é a mediana e as linhas mais finas, acima e abaixo dela, contam um quartil. O eixo y marca a média ou a mediana do valor observado do índice N e o eixo x marca os anos do Censo. A média, uma medida de tendência central mais influenciada por valores discrepantes, demonstra uma tendência de aumento da competição no mercado religioso. A mediana demonstra a mesma situação para a concorrência do mercado religioso dos municípios, porém, com menor dispersão.

De maneira global, o mercado avança rumo ao $N \geq 2$, onde contariam dois grandes atores, dois grandes empreendedores em disputa pelas preferências religiosas. Hoje, alguns municípios já apresentam mais que 2, ou mesmo 3 grandes empreendedores no mercado religioso, por isso as curvas tendem a ampliar sua área além da linha central, mas outros muitos municípios, apresentam o quase-monopólio do mercado das preferências religiosas, situação que tem se tornado mais incomum, dada a progressão das linhas abaixo das linhas centrais, da média ou da mediana, mas situação ainda não revertida.

O Pluralismo Religioso

A ideia de pluralismo religioso tomada nesse estudo resume-se à possível convivência de múltiplos cultos e à possibilidade de que sejam exercidas e declaradas as preferências individuais por estes cultos numa sociedade. Parte-se do pressuposto de que pluralidade de cultos religiosos no Brasil leva, ou expressa, n'alguma medida, o grau de pluralismo religioso (BURITY, 2005, p. 29, 2008; PIERUCCI, 1999):

(há) um processo de ampliação e aprendizagem do pluralismo que acompanha a trajetória de hegemonização de uma cultura democrática no país e que ajuda a compreender os baixos níveis de conflito religioso aberto (que não deve ser confundido com competição religiosa, que é disseminada, embora

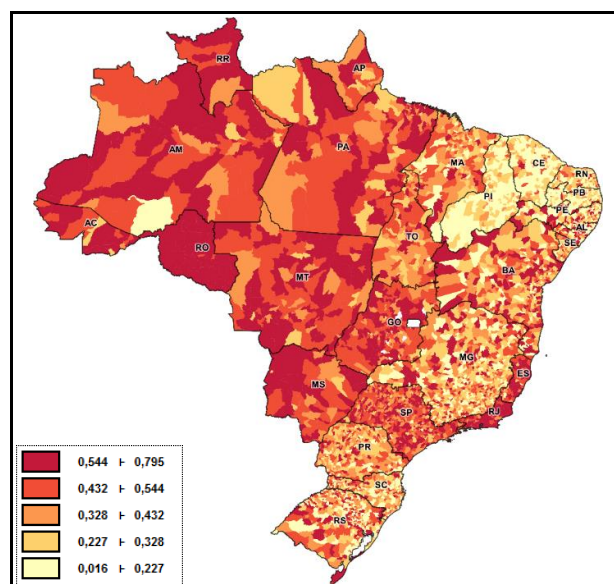
haja vários casos em que os limiares entre eles são bastante discutíveis). (BURITY, 2005, p. 29)

Joanildo Burity, além de afirmar uma base para o que aqui se pretende mensurar, retoma a relação entre a construção da poliarquia brasileira e a profusão de um aprendizado cultural religioso.

A Fracionalização das Preferências Religiosas

A família de índices derivados do Índice **H**, como o Índice de Fracionalização de Rae (**F**), de modo geral, é computada para análises de competição eleitoral e de sistemas partidários. Neste estudo ele foi aplicado de maneira análoga às distribuições das preferências religiosas.⁶ Por mais que a análise do campo religioso utilizando este instrumento não seja comum, tal uso é capaz de operacionalizar a distribuição das preferências religiosas agregadas de uma dada população. Dois motivos corroboram a adoção do índice: primeiro, por ser um índice de leitura simples e direta; e segundo, por permitir um raciocínio em termos de pares discordantes, onde o valor encontrado é interpretado como uma probabilidade. Sua leitura é feita como a chance de que, numa dada população, dois indivíduos escolhidos ao acaso discordem quanto às suas preferências religiosas. Os resultados do Índice **F** da religião para os 5.563 municípios brasileiros que existiam em 2010, ano do Censo, estão expostos no mapa abaixo:

Figura 02. Fracionalização das Preferências Religiosas nos Municípios do Brasil, 2010.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2010.
Elaboração dos autores.

6. As três fórmulas matemáticas dos índices que compõem a família do índice **H** são: $\mathbf{H} = \sum_{i=1}^n p_i^2$; $\mathbf{F} = 1 - \sum_{i=1}^n p_i^2$ e $\mathbf{N} = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$.

A classificação coroplética adotada exhibe as faixas do índice de fracionalização das preferências religiosas de acordo com o quintil de municípios. Cada uma das categorias da legenda conta, aproximadamente, 1.115 dos municípios observados e colore-os utilizando o valor mensurado do índice. Na paleta, quanto mais escura a cor, maior o valor observado no índice de fracionalização.

Bem menos da metade dos municípios podem ser considerados religiosamente fracionalizados. De acordo com o mapa, 80% deles têm valores de **F** aproximadamente menores que 0,500. Neste sentido, em 80% dos municípios, ao serem aleatoriamente selecionados dois indivíduos, há uma chance de 50% de que o par selecionado discorde quanto as suas preferências religiosas declaradas. Chama atenção o fato de que boa parte dos municípios com monopolização religiosa estarem concentrados em duas regiões: Nordeste e Sul. Afinal, baixíssima fracionalização é monopolização. A região Nordeste, composta de 1.793 municípios, tem a metade deles contando um **F** menor que 0,300. E a região Sul, logo em seguida, também conta com a metade de seus 1.188 municípios com um **F** menor que 0,350⁷.

A Competição Eleitoral

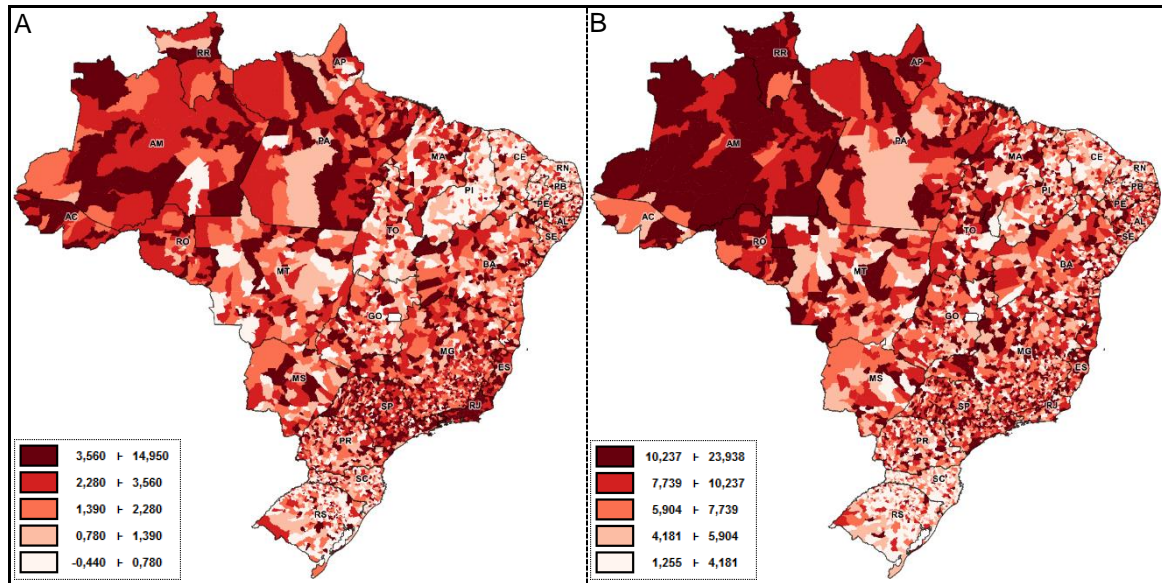
A competição eleitoral, neste texto, é sinônimo de democracia ou do processo de democratização. Para mensurar os níveis de competição foram utilizados dois instrumentos, um para a competição mais detidamente em candidatos, outro para competição entre os partidos.

No que se refere a competição entre candidatos, foi calculado o Índice de Competitividade (IC) (SANTOS, 2007) para as Eleições Municipais Proporcionais de 2012. A leitura deste índice segue dois momentos, um que assume a possibilidade dos mercados eleitorais terem baixíssima competição e outro que trabalha, mais detalhadamente, os níveis de competição dos mercados que apresentam algum grau de competitividade. Valores até 0, dizem de mercados não-competitivos, e a partir de 0,1, mercados em que há mais competição na medida em que aumenta o valor observado do índice. Quanto a mensuração da competição entre os partidos, foi utilizado o Número Efetivo de Partidos (GOLOSOV, 2009). A leitura do índice segue a direção de que quanto maior o valor observado, mais distribuídas as preferências eleitorais entre os partidos, e maior a competição.

7. Mais informações sobre os valores observados do Índice **F** por Regiões estão no **Anexo 2**.

Nos mapas abaixo estão os valores dos dois índices computados para todos os 5.568 municípios do Brasil. No mapa **A** está o Índice de Competitividade (**IC**) e no mapa **B** está o Número Efetivo de Partidos (**N**):

Figura 03. Nível de Competição das Eleições Proporcionalis Municipais do Brasil, 2012.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Eleições Municipais 2012.
Elaboração dos autores.

O mercado eleitoral proporcional é mais competitivo que o mercado eleitoral majoritário (PEIXOTO; GOULART, 2014, p. 52; 62). A competição para vereador, por ser uma disputa que envolve mais cadeiras que uma eleição para prefeito, movimenta mais candidatos e mais partidos, por isso, os valores observados são tão altos. Para o índice **IC**, quase 70% dos municípios, por exemplo, entrou na categoria de alta competitividade, todos possuem valores iguais ou maiores a 1. O Índice **N** chega a 20. Entretanto, cabe lembrar que esse cômputo considera os partidos como vetores de distribuição das preferências eleitorais e não as coligações. As coligações, se consideradas, reduziriam muito o valor observado. Enfim, em termos medianos a competição majoritária tem um valor **N** de 2,067 e a competição proporcional tem um valor **N** de 7,377. Dos trinta partidos registrados, podemos dizer que estes são os números dos depositários de peso diante das preferências eleitorais.

Uma Análise Introdutória da Relação

Após esta breve descrição utilizando as três operacionalizações realizadas, resta saber se este conjunto de indicadores apresenta alguma relação estatisticamente significativa. Para analisar a relação entre as três variáveis computadas e descritas anteriormente foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (ρ). Abaixo estão os valores encontrados na análise:

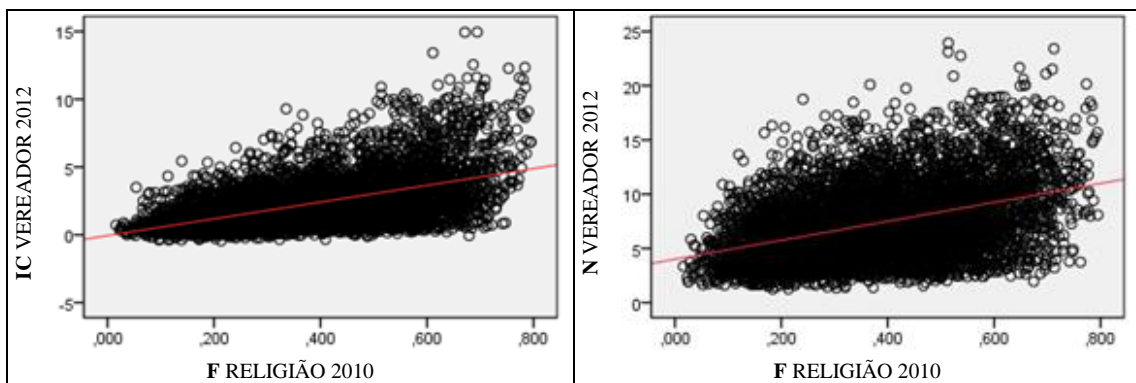
Figura 04. Coeficiente de Correlação de Pearson, Religião - Competição Eleitoral.

Índice "F"	ρ	Índice "IC"		Índice "N"	
		MAJORITÁRIAS	PROPORCIONAIS	MAJORITÁRIAS	PROPORCIONAIS
		0,324 **	0,523 **	0,222 **	0,410 **
RELIGIÃO	Sig. (2)	0,000	0,000	0,000	0,000
	N	5.551	5.556	5.563	5.563

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**, Censo 2010.
Tribunal Superior Eleitoral - **TSE**, Eleições Municipais 2012.
Elaboração dos autores.

Os valores do coeficiente de correlação de Pearson (ρ) vão de - 1 a 1: onde 0 é o valor expresso da não correlação entre as variáveis; 1 a correlação direta perfeita entre as variáveis; e - 1 a correlação inversa perfeita entre as variáveis.

A fracionalização religiosa apresentou uma correlação moderada com a competição mensurada no Índice IC. Valores de ρ de 0,500 para relações típicas aos estudos das Ciências Sociais não são comuns. O valor foi de 0,523 em termos do mercado de candidatos. No que diz respeito ao Índice N, voltado à competição partidária, o valor de ρ foi de 0,410. Isto demonstra uma relação que deve ser, de fato, mais estudada. Logo abaixo, na Figura 02, estão representadas graficamente as duas relações com maior valor ρ :

Figura 05. Diagramas de Dispersão, Religião - Competição Eleitoral.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**, Censo 2010.
Tribunal Superior Eleitoral - **TSE**, Eleições Municipais 2012.
Elaboração dos autores.

Quanto mais a nuvem de pontos estiver ajustada à reta, maior será o valor do coeficiente de correlação de Pearson, maior a relação entre as variáveis. A inclinação da reta que sobe à direita indica que o valor da associação é positivo.

A leitura destes resultados é a de que quanto maior a fracionalização das preferências religiosas (eixo x), maior é a competição entre candidatos e entre partidos na disputa (eixos y). O fenômeno é mais claro nas eleições para vereadores do que nas eleições para prefeitos. A hipótese de estudo foi corroborada: Quanto mais fracionalizadas as preferências religiosas do

eleitorado, maior a competição eleitoral. Reescrito em termos monopolísticos: quanto menos monopolizadas forem as preferências religiosas no município, maior será a competição eleitoral observada.

CONCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO

Este estudo foi orientado pela proposta de verificar a existência de relações empírica e estatisticamente sustentáveis entre a competição religiosa e a competição eleitoral. A principal conclusão a que se pode chegar é que existe uma relação entre o pluralismo religioso e a competição eleitoral que merece ser estudada em profundidade. Nesse sentido, mesmo o avanço do mercado, das novas formas de divisão social do trabalho e de tudo mais que puder ser enquadrado no grande processo de modernização não ocorre alijado ao mercado da fé. Tal mercado, como qualquer outro, passa por crises, reestruturações, insere, exclui, mas não desaparece nem cede prontamente seu lugar, questão que podemos colocar a Ronald Inglehart e Christian Welzel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERCROMBIE, N.; HILL, S.; TURNER, B. S. *The Penguin Dictionary of Sociology*. 5th. ed. London: Penguin, 2006.

BURITY, J. A. Religião e República: Desafios do Pluralismo Democrático. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 21, n. 1-2, p. 23–42, 2005.

BURITY, J. A. Religião, Política e Cultura. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, p. 83–113, 2008.

DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DALTON, R. J. Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 1, p. 264, 1984.

ELFF, M. Social Structure and Electoral Behavior in Comparative Perspective: The Decline of Social Cleavages in Western Europe Revisited. *Perspectives on Politics*, v. 5, n. 2, p. 277–294, 2007.

GOLOSOV, G. V. The Effective Number of Parties: A New Approach. *Party Politics*, v. 16, n. 2, p. 171–192, 2009.

IBGE. *Censo 2010: Número de Católicos Cai e Aumenta o de Evangélicos, Espíritas e Sem Religião*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo>.

INGLEHART, R.; BAKER, W. E. Modernization, Cultural Change, and The Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, v. 65, p. 19–51, 2000.

INGLEHEART, R.; WELZEL, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*. São Paulo: Francis, 2009.

- INGLEHEART, R.; WELZEL, C. The Role of Ordinary People in Democratization. *Journal of Democracy*, v. 19, n. 1, p. 126–140, 2008.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. The “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, v. 1, n. 12, p. 3–27, 1979.
- MARIANO, R. Secularização do Estado, Liberdades e Pluralismo Religioso. 2002. Disponível em: http://www.equiponaya.com.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.
- PEIXOTO, V. DE M.; GOULART, N. L. M. Evolução da Competição Eleitoral Municipal no Brasil (1996 a 2012). *Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 2, p. 41–63, 2014.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Efervescência Religiosa: Fim da União Estado-Igreja Ampliou Oferta de Religiões. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1999.
- PRANDI, R. Cidade em Transe: Religiões Populares no Brasil no Fim do Século da Razão. *Revista USP*, v. 11, p. 65–70, 1991.
- PRANDI, R. Perto da Magia, Longe da Política: Derivações do Encantamento no Mundo Desencantado. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 34, p. 81–91, 1992.
- PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PRZEWORSKI, A. *et al.* O que Mantém as Democracias? *Lua Nova*, * Tradução de Cláudio Gonçalves Couto., v. 40/41, p. 113–135, 1997.
- RAE, D. A Note on the Fractionalization of Some European Party Systems. *Comparative Political Studies*, v. 1, n. 3, p. 413–418, 1968.
- RESENDE, M. Medidas de Concentração Industrial: Uma Resenha. *Análise Econômica*, n. 21 e 22, p. 24–33, 1994.
- SANTOS, W. G. DOS. *Governabilidade e Democracia Natural*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.